



A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica.

Correspondência ao Autor
 Nome: Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
 E-mail: paulosac@ufpa.br
 Instituição Universidade Federal do Pará, Brasil

Submetido: 23/10/2018
 Aprovado: 22/04/2019
 Publicado: 04/06/2019

[doi> 10.20396/rho.v19i0.8653743](https://doi.org/10.20396/rho.v19i0.8653743)
 e-Location: e019029
 ISSN: 1676-2584



A DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NAS REFORMAS CURRICULARES DA ESCOLA NORMAL DO PARÁ

  Paulo Sérgio de Almeida Corrêa¹

RESUMO

Objetivou-se entender o processo de instituição da História da Educação enquanto disciplina integrante do currículo destinado a promover a formação do professor normalista no Estado do Pará; descrever e analisar a trajetória da História da Educação a partir das diversas reformas curriculares que afetaram o a formação do Professor Primário na Escola Normal/Instituto de Educação, no contexto paraense. Como se instituiu a disciplina História da Educação no currículo de formação do Professor Normalista no Pará? Quais os percursos dessa disciplina em decorrência das reformas curriculares que afetaram essa instituição educativa? Realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, no período histórico de 1891-2017. Embora tenha sido instituída com estatuto próprio, sob a forma de disciplina autônoma, em diversas oportunidades a História da Educação foi excluída do currículo. Todavia, sua autonomia também sofreu empecilhos em diversas reformas curriculares, especialmente quando ocorreu a junção com a Filosofia da Educação.

PALAVRAS-CHAVE História da educação. Reforma curricular. Escola normal.



THE DISCIPLINE HISTORY OF EDUCATION IN THE CURRICULUM REFORMS OF THE NORMAL SCHOOL OF PARÁ

Abstract

The objective was to understand the process of institution of the History of Education as an integral discipline of the curriculum designed to promote the formation of the normalista teacher in the State of Pará; describe and analyze the trajectory of the History of Education from the various curriculum reforms that affected the formation of the Primary Teacher in the Normal School/Institute of Education in the context of Pará. How was the discipline History of Education instituted in the training curriculum of the Normalist Teacher in Pará? What are the paths of this discipline as a result of the curriculum reforms that affected this educational institution? Bibliographical and documentary research on the historical period of 1891-2017. Although it was instituted with its own statute in the form of autonomous discipline, on several occasions the History of Education was excluded from the curriculum. However, its autonomy has also been hampered by a number of curriculum reforms, specially when it has joined the Philosophy of Education.

Keywords: History of education. Curricular reform. Normal school.

LA DISCIPLINA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN EN LAS REFORMAS CURRICULAR DE LA ESCUELA NORMAL DEL PARÁ

Resumen

Se objetivó entender el proceso de institución de la Historia de la Educación como disciplina integrante del currículo destinado a promover la formación del profesor normalista en el Estado de Pará; describir y analizar la trayectoria de la Historia de la Educación a partir de las diversas reformas curriculares que afectaron a la formación del Profesor Primario en la Escuela Normal / Instituto de Educación, en el contexto paraense. ¿Cómo se instituyó la disciplina Historia de la Educación en el currículo de formación del Profesor Normalista en Pará? ¿Cuáles son los itinerarios de esta disciplina como consecuencia de las reformas curriculares que afectaron a esa institución educativa? Se realizó investigación bibliográfica y documental, en el período histórico de 1891-2017. Aunque fue instituida con estatuto propio bajo la forma de disciplina autónoma, en diversas oportunidades la Historia de la Educación fue excluida del currículo. Sin embargo, su autonomía también sufrió impedimentos en diversas reformas curriculares, especialmente cuando ocurrió la unión con la Filosofía de la Educación.

Palabras clave: Historia de la educación. Reforma curricular. Escuela normal.



INTRODUÇÃO

A História da Educação foi convertida em objeto de estudo de diversas pesquisas. Os autores desses investimentos analíticos focam seus trabalhos em variados aspectos: a história da disciplina (BORGES; GATTI JUNIOR, 2015); seu ensino (SOUZA; RIBEIRO, 2012) e (GATTI JUNIOR; GATTI, 2015); lugares e tempos de sua constituição histórica (BORGES, 2012); o ensino de história da educação em perspectiva internacional (GATTI JUNIOR; MONARCHA; BASTOS, 2009); sua institucionalização (GUIMARÃES; GATTI JUNIOR, 2012); as conexões que estabelece com a formação de professores (MCCULLOCH, 2012), seus enlances com o curso de pedagogia (SÁ, 2006), os nexos com a historiografia (LOMBARDI, 2018).

Há também autores dedicados aos estudos da História da Educação enquanto campo investigativo, dentre os quais estão os trabalhos de Sá (2006); Hayashi e Ferreira Junior (2010); Men e Neves (2007); Gatti Junior e Vidal (2010).

Como se pode perceber, a História da Educação não se restringe a uma disciplina justaposta a outras na organização curricular, seja no âmbito da Escola Normal, ou do Curso de Pedagogia, uma vez que, para além de sua constituição e consolidação dentro das diversas instituições educativas, projeta-se enquanto um campo de investigação.

A respeito da história da Escola Normal do Pará, França (2012) constatou as sucessivas instabilidades para seu funcionamento, entre os anos de 1870 a 1885, pois essa instituição foi criada e extinta diversas vezes, mas contribuiu com a formação do professor primário. Por outro lado, o estudo de Lobato e Antunes (2014), demonstrou que, entre os anos de 1940 e 1970, o então Instituto de Educação do Pará, desfrutava de prestígio social no âmbito da formação de professores para atuar no ensino primário.

A escrita deste trabalho foi instigada pela temática da Mesa 1: O CAMPO DISCIPLINAR COMO ESPAÇO CURRICULAR DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO, integrante da Agenda Científica do NEPEC² 2ª Edição de 2018: PROBLEMATIZAÇÕES HISTÓRICO-FILOSÓFICAS SOBRE EDUCAÇÃO, evento ocorrido no dia 13 de setembro de 2018, no Auditório A, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, Campus de Belém.

O processo de produção do conhecimento, a respeito do objeto de estudo condutor de meu raciocínio, teve como parâmetro os seguintes problemas de pesquisa: Como se instituiu a disciplina História da Educação no currículo de formação do Professor Normalista no Pará? Quais os percursos dessa disciplina em decorrência das reformas curriculares que afetaram essa instituição educativa?

Constituem finalidades deste artigo: entender o processo de instituição da História da Educação enquanto disciplina integrante do currículo destinado a promover a formação do professor normalista no Estado do Pará; descrever e analisar a trajetória da História da



Educação a partir das diversas reformas curriculares que afetaram a formação do Professor Primário na Escola Normal/Instituto de Educação, no contexto paraense.

Realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, mediante acesso à parte da produção científica de autores que analisaram a Escola Normal no Brasil e no Pará, a historiografia e consolidação do campo da História da Educação, bem como o estudo da legislação educacional, decretos e resoluções que modificaram o currículo dessa instituição.

O acervo foi acessado por meio da internet, o que resultou na apropriação das versões digitais dos textos e documentos publicados em diferentes veículos de circulação: Revista HISTEDBR On-line; Revista Edufoco; Revista Brasileira de Educação; Educação; livros e capítulos de livros; EDUFU, Análise Psicológica; Itinerarius Reflectionis. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus de Jutai – UFG; História da Educação – RHE; histedbr.fe.unicamp.br; Revista Avaliação; Revista Exitus; o portal de periódicos <http://www.scielo.br>; a revista da Universidade Federal de Juiz de Fora www.ufjf.br/revistaedufoco/; a legislação brasileira; Biblioteca ANPAE / Série Cadernos ANPAE; Anuário estatístico da UFPA; Indicadores de Desempenho do ICED/UFPA; e a produção proveniente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF>.

Quanto ao período coberto pela pesquisa, estendeu-se de 1871 a 2017, sendo o início da temporalidade a época em que se efetivou a criação da Escola Normal do Pará, e o final desse tempo, marcado pela mais recente publicação historiográfica referenciada, abordando a temática deste estudo.

Além da introdução, tratou-se da História da Educação por dentro das reformas curriculares promovidas no âmbito da Escola Normal do Estado do Pará; apontou-se algumas das razões que levaram ao declínio dessa instituição escolar no campo da formação de professores; fez-se as conclusões e a indicação das referências.

O GERMINAR DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NAS ENTRANHAS DA ESCOLA NORMAL DO PARÁ

No âmbito do processo histórico da educação no Estado do Pará, a História da Educação teve presença marcante na formação do professor para as escolas primárias. Segundo se pode extrair das análises feitas por Vasconcelos, Costa, Oliveira (1992), foi a partir do ano de 1936 que tal disciplina teve sua introdução, pela primeira vez, no currículo do curso de formação do professor.

No contexto do Brasil, na primeira metade do século XIX, ocorreu a ebulição das primeiras Escolas Normais:

As Escolas Normais começaram a aparecer no cenário sócio-cultural brasileiro a partir da terceira década do século XIX. Em 1835 em Niterói, em 1836 na Bahia, em



1845 no Ceará e, em 1846 em São Paulo. Até então, uma das principais mazelas da educação era a existência de professores improvisados, com péssima formação e mal remunerados. Não existiam projetos consistentes visando a ampliação da escolaridade elementar e, conseqüentemente, não havia uma proposta de qualificação do professor. (MARTINS, 2009, p. 4).

Dessa forma, restava à Escola Normal recobrir seu funcionamento estrutural e curricular em torno da “missão de auxiliar na ordenação moral dos cidadãos”. Não à toa essa instituição, por longo tempo, transformou-se no principal lugar destinado ao preparo do professor para o ensino primário e secundário no século XIX e início do XX. (MARTINS, 2009, p. 7-11).

Uma vez autorizado o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém, no ano de 1954, na Cidade de Belém-Pará, o Curso Normal passou a ser muito demandado, também, em razão da possibilidade que seus frequentadores tinham de ingressar nas Faculdades de Educação, o que despertou o interesse dos proprietários de escolas particulares em oferecê-lo em suas dependências. Assim, participaram desse processo os colégios: Santa Rosa, Moderno, Ângelo Cerry, Santa Catarina, Paulino de Brito, Souza Franco, Ruy Barbosa, Grão Pará, Americano do Sul, Dom Bosco, Instituto Brasil, Ciências e Letras, Anchieta, Santa Maia de Belém, Santa Catarina de Sena, Gentil Bittencourt. (VASCONCELOS; COSTA; OLIVEIRA, 1992, p. 48-54).

No cenário nacional, verificou-se que eram raras as instalações destinadas ao funcionamento da Escola Normal, como também, discreta a participação das Províncias na criação dessas instituições em seus espaços administrativos. Todavia, tanto no Município Neutro (Rio de Janeiro), quanto na Bahia, Ceará, Mato Grosso, Grão-Pará, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Amazonas, houve sucessivamente a criação desses espaços escolares, visando o preparo do professor primário.

Quadro 1 – Escolas Normais criadas nas Províncias, no período de 1835-1882, e disseminação da habilitação magistérios em colégios particulares no Pará, nos anos de 1957-1981.

(continua)

Ano	Rio de Janeiro	Bahia	Ceará	Mato Grosso	São Paulo	Minas Gerais	Pará	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Amazonas
1835	1									
1836		1								
1837			1							
1845				1						
1846					1					
1871							1			
1872						2				
1873								1		
1874	1								1	
1879						1				
1880						2				
1882										1



Quadro 1 – Escolas Normais criadas nas Províncias, no período de 1835-1882, e disseminação da habilitação magistérios em colégios particulares no Pará, nos anos de 1957-1981.

(continua)

1957							1			
1966							2			
1967							1			
1968							1			
1976							3			
1977							3			
1978							1			
1979							1			
1980							2			
1981							2			
TOTAL	2	1	1	1	1	5	18	1	1	1

Fonte: Criado a partir das informações históricas existentes nos trabalhos de Martins (2009) e Vasconcelos, Costa, Oliveira (1992).

Nota-se, todavia, que a origem e expansão das Escolas Normais transcorreu de forma gradativa e sob o controle dos diferentes Presidentes de Províncias e do Imperador do Brasil, com sede no Município da Corte (Rio de Janeiro). À medida em que tais instituições educativas ganhavam importância no campo da formação do Professor Primário, tornavam-se mais receptivas nas estruturas das administrações provinciais, tanto que enquanto entre os anos de 1835 a 1871 a tendência era a inauguração de uma escola por Província, a partir do ano de 1872, na Província de Minas Gerais foram instaladas duas (uma na Capital e uma de Campanha), seguida por mais uma (Diamantina), e posteriormente, outras duas (Montes Claros e Paracatu).

No período de 1871-1956, em meio a tantas escabrosidades, a Escola Normal do Pará exerceu a predominância no campo da formação do Professor Primário. Contudo, a partir do ano de 1957 a 1981, o preparo desse profissional também passou a ser disputado pelo setor privado, cujos estabelecimentos de ensino disponibilizavam o 2º Grau.

Outro fato histórico importante, decorreu da criação, no ano de 1980, do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) pela Fundação Educacional do Estado do Pará – FEEP. Tal sistema visava expandir o acesso ao ensino de 2º grau no meio rural, devido à demanda existente egressa do 1º grau. Sua dinâmica ocorria por meio de 3 Etapas e em cada uma delas eram aplicados 4 Módulos com 3 ou 4 Disciplinas em cada. Os Municípios pioneiros foram: Curuçá, Igarapé-Açu, Igarapé-Miri e Nova Timboteua. Essa experiência educacional iniciou com a oferta da habilitação Magistério, cujos diplomas eram reconhecidos pelo Instituto de Educação do Pará. Entre os anos de 1980 a 1999, passou de 4 municípios atendidos para 128, enquanto, nessa mesma época, o número de escolas abrigando os cursos, saltou de 4 para 129. Ou seja, houve impacto considerável dessa política no âmbito da formação do professor, em nível de 2º grau Magistério. (CORRÊA, 2000, p. 86-105).



Considerando-se que entre os anos de 1871 a 1980, a Escola Normal do Pará sofreu 17 sucessivas reformas educacionais que implicaram alterações em suas propostas curriculares, somente a partir de sua 8ª proposta curricular, editada em 13.01.1936, a disciplina História da Educação passou a ser ofertada no Curso Preparatório, como parte do conteúdo formativo a ser aplicado na 3ª série.

Considerando-se o estudo realizado por Vasconcelos, Costa, Oliveira (1992), foram diversas as reformas curriculares empreendidas na Escola Normal do Pará, entre 1871 e 1929: Por ato dos Presidentes da Província do Pará: Portaria S/N, de 20.04.1871; Lei nº 1017, de 30.04.1880. Durante a Primeira República, mediante atos dos Governadores do Estado do Pará: Decreto nº 165, de 23.07.1890; Decreto 409, de 24.09.1891; Decreto nº 809, de 25.01.1900; Decreto nº 4049, de 09.02.1924; Decreto nº 4490, de 16.01.1929.

Constata-se que, entre os anos de 1871 até 1935, ou seja, a partir do Segundo Reinado do Império e a Primeira República do Brasil, a História da Educação, ainda que tenha emergido como disciplina autônoma, não tinha nenhuma representatividade na estrutura curricular da Escola Normal. Dessa forma, não se cogitava a ela qualquer importância para a formação do professor primário, tanto que ao ser instituída, localizava-se enquanto componente do Curso Preparatório.

Quadro 2 - Proposta Curricular da Escola Normal do Pará Expressa no Decreto nº 1.862, de 13.01.1936

(continua)

<p>Curso Preparatório</p> <p>1ª Série Português Aritmética Francês Corografia Desenho Ciências Físicas e Naturais</p> <p>2ª Série Português Aritmética Francês Geografia Desenho Ciências Físicas e Naturais Instrução Moral e Cívica</p> <p>3ª Série Português Aritmética Francês Geografia Desenho História Natural (Botânica)</p> <p>História da Educação</p>	<p>Curso Especial</p> <p>1ª Série Português Álgebra Física Psicologia Pedagógica Literatura História Natural (Zoologia) Higiene e Puericultura História Universal História do Brasil</p> <p>2ª Série Geometria Química Literatura Didática e História da Pedagogia Higiene História do Brasil Trabalhos Manuais, Modelagem e Música (canto orfeônico) – logo que seja possível proceder as instalações indispensáveis</p>
---	--



Quadro 2 - Proposta Curricular da Escola Normal do Pará Expressa no Decreto nº 1.862, de 13.01.1936

(conclusão)

História Universal
OBS.: Define ainda que “qualquer matéria do curso será lecionada em três horas semanais”. E prevê a prática da Educação Física, em capítulo à parte

Fonte: Vasconcelos, Costa, Oliveira (1992).

Contabilizou-se que, do total de 36 disciplinas ofertadas no cômputo das diferentes séries, 4 delas (11,11%), referiam-se à formação do professor, são elas: História da Educação; Psicologia Pedagógica; Higiene e Puericultura; e Didática e História da Pedagogia. O restante (32), voltava-se ao desenvolvimento de conteúdos de cultura geral (88,88%).

Na reforma subsequente, a 9ª sofrida pela Escola Normal, datada de 25.09.1946, seu currículo estendeu o tempo de formação do Professor Primário para 5 séries, sendo a disciplina História da Educação prevista para ser ministrada somente na 3ª série do percurso de escolarização normalista, no Estado do Pará. Tornando-se componente curricular obrigatório na formação do Professor Primário.

Quadro 3 – Proposta Curricular da Escola Normal do Pará Expressa no Decreto (S.N), de 25.09.1943

<p>1ª Série Português Aritmética Francês Desenho Ciências Físicas e Naturais Canto Orfeônico Educação Física</p> <p>2ª Série Português Aritmética Francês Geografia Desenho Ciências Físicas e Naturais Instrução Moral e Cívica Canto Orfeônico Educação Física</p> <p>3ª Série Português Aritmética Francês História Natural (Botânica e Zoologia) História da Civilização História da Educação Canto Orfeônico Educação Física</p>	<p>4ª Série Português Álgebra Psicologia Pedagógica Literatura História Natural (Mineralogia e Geologia) Higiene História do Brasil História da Civilização Canto Orfeônico Educação Física</p> <p>5ª Série Português Geometria Química Literatura Didática e História da Pedagogia Higiene História do Brasil Canto Orfeônico Educação Física</p>
OBS.: Qualquer matéria do curso será lecionada em três horas semanais.	

Fonte: Vasconcelos, Costa, Oliveira (1992).



As disciplinas Didática e História da Pedagogia, Psicologia Pedagógica e a de História da Educação, correspondiam às únicas atividades propriamente voltadas à formação do professor, representando 6,97% de matérias pedagógicas, enquanto as de cultura geral somavam 40, ou seja, 93,02%.

Com a 10ª reforma decretada em 25.01.1947, a História da Educação perdeu sua representatividade no interior do currículo da Escola Normal do Pará, mas regressou com a alteração do currículo – a 11ª – realizada em 22.08.1952, doravante Instituto de Educação do Pará, estando ela sob a nomenclatura História e Filosofia da Educação, e assim perdeu na 12ª e 13ª reformas ocorridas entre os anos de 1961-1968, sendo ministrada na terceira ou segunda série, respectivamente.

Percebe-se que, nesse período, a História da Educação voltava a perder autonomia, uma vez que sua oferta somente era realizada amalgamada à Filosofia da Educação.

Sob o impulso do Decreto-Lei nº 8.530, de iniciativa de Getúlio Vargas presidindo o Governo Federal, datado de 2 de janeiro de 1946, instituidor da Lei Orgânica do Ensino Normal, as instituições até então dedicadas ao preparo do professor normalista, começaram a enfrentar um período de “[...] descaracterização do curso de habilitação ao magistério [...]”, mesmo sabendo-se “[...] que até então privilegiava-se a cultura geral, em detrimento de uma sólida formação pedagógica.” (VASCONCELOS; COSTA; OLIVEIRA, 1992, p. 47).

Um exame da matriz curricular que entrou em vigência no ano de 1947, evidencia a importância devotada às disciplinas, segundo áreas específicas de português, matemática, geografia, ciências, história, desenho, canto orfeônico, trabalhos manuais e educação física, recreação e jogos.

Quadro 4 – Proposta Curricular do Curso de Regente de Ensino Primário, Expressa no Decreto no Decreto nº 734, de 25.01.1947

(continua)

Curso de Regentes de Ensino Primário (1º Ciclo Normal)	Curso de Formação de Professores Primários (2º Ciclo do Normal)
1ª Série	1ª Série
Português	Português
Matemática	Matemática
Geografia do Brasil	Física e Química
Ciências Naturais	Anatomia e Fisiologia Humanas
Desenho	Música e Canto
Canto Orfeônico	Desenho e Artes Aplicadas
Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região	Educação Física, Recreação e Jogos
Educação Física, Recreação e Jogos	2ª Série
2ª Série	Biologia Educacional
Português	Psicologia Educacional
Matemática	Higiene e Educação Sanitária
Geografia do Brasil	Metodologia do Ensino Primário
Ciências Naturais	Desenho e Artes Aplicadas
	Música e Canto



Quadro 4 – Proposta Curricular do Curso de Regente de Ensino Primário, Expressa no Decreto no Decreto nº 734, de 25.01.1947

(conclusão)

<p>Desenho e Caligrafia Canto Orfeônico Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região Educação Física 3ª Série Português Matemática História Geral Noções de Anatomia e Fisiologia Humanas Desenho Canto Orfeônico Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região Educação Física, Recreação e Jogos 4ª Série Português História do Brasil Psicologia Pedagógica Noções de Higiene Psicologia e Pedagogia Didática e Prática de Ensino Desenho Canto Orfeônico Educação Física, Recreação e Jogos</p> <p>OBS.: Nas duas últimas séries se dará ainda noções de idioma de origem do colono e explicação sobre o seu modo de vida, costumes e tradições.</p>	<p>Educação Física, Recreação e Jogos Curso de Formação de Professores Primários em Estudos Intensivos (dois anos) 1ª Série Português Matemática Biologia Educacional (Noções de Anatomia e Fisiologia Humanas e Higiene) Psicologia Educacional (noções de Psicologia da criança e Fundamentos Psicológicos da Educação) Metodologia do Ensino Primário Desenho e Artes Aplicadas Música e Canto Educação Física, Recreação e Jogos 2ª Série Psicologia Educacional Fundamentos Sociais da Educação Puericultura e Educação Sanitária Metodologia do Ensino Primário Prática de Ensino Desenho e Artes Aplicadas Música e Canto Educação Física, Recreação e Jogos</p>
---	--

Fonte: Vasconcelos, Costa, Oliveira, 1992.

Evidencia-se que o 1º Ciclo funcionava como preparatório ao 2º Ciclo, mas possuía maior intensidade de séries e carga horária em relação a este último. A formação de professor foi reduzida para dois anos, diluídos em duas séries, nas quais a cultura geral também mantinha forte presença, havendo raras disciplinas vinculadas ao magistério propriamente dito.

A partir do ano de 1952, a tendência de descaracterização da Escola Normal sofreu novo impulso, uma vez que a formação de professores passou a ser orientada por um conjunto de disciplinas de cultura geral, conforme se lê abaixo:



Quadro 5 – Proposta Curricular do Instituto de Educação do Pará, Expressa no Regimento Interno, Decreto nº 1.098, de 22.08.1952

Português (1ª, 2ª e 3ª)
Latim
Francês
Inglês
Matemática (1ª e 2ª)
Ciências Naturais
História Geral
História do Brasil
Geografia Geral e do Brasil
Desenho e Artes Aplicadas
Trabalhos Manuais
Economia Doméstica
Educação Física (1ª e 2ª)
Canto Orfeônico
Física e Química
Anatomia e Fisiologia Humana
Biologia Educacional
Higiene e Educação Sanitária
Higiene e Puericultura
Metodologia do Ensino
Psicologia Educacional
Prática de Ensino
História e Filosofia da Educação
Sociologia Educacional

Fonte: Vasconcelos, Costa, Oliveira, 1992.

Dentre as 24 disciplinas existentes nessa proposta curricular, cerca de 29,16% delas faziam referência à área de educação, estando a História da Educação conexas à Filosofia da Educação, por meio da instituição da disciplina História e Filosofia da Educação. Todavia, no caso dos componentes disciplinares voltados ao exercício do magistério, ofertava-se apenas Metodologia do Ensino e Prática de Ensino, somando 8,33% do total.

Embora tenha ocorrido diminuição no número de disciplinas, quando comparadas as matrizes curriculares anteriores e esta última, houve expressiva ampliação no número de disciplinas pedagógicas, passando a ocupar 1/3 do total previsto para conclusão do curso.

Na proposta curricular subsequente, houve supressão de disciplinas, porém, a tendência de uma formação geral foi mantida, ainda que os componentes curriculares voltados à formação de professores tenham passado a ocupar 52,94% das atividades regulamentares.

Embora tenha permanecido de frequência obrigatória no currículo de formação do Professor Primário, a disciplina História e Filosofia da Educação ocupava apenas o percentual de 5,88%, e, além disso, somente era ministrada no último ano do curso.



Quadro 6 - Proposta Curricular do Instituto Paraense de Educação, Curso Colegial Normal, no período de transição entre a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946) e a LDB (4.024)

Disciplinas	Séries		
	1 ^a	2 ^a	3 ^a
Português	X	X	X
Matemática	X	X	X
Ciências Físicas e Biológicas	X	-	-
Anatomia e Fisiologia Humana	X	-	-
Desenho e Artes Aplicadas	X	X	X
História do Pará	X	X	-
Geografia do Pará	X	X	-
Biologia Educacional	-	X	-
Psicologia Educacional	-	X	X
Sociologia Educacional	-	X	X
Metodologia do Ensino Primário	-	X	X
Higiene e Educação Sanitária	-	X	X
Prática de Ensino	-	-	X
História e Filosofia da Educação	-	-	X
Higiene e Puericultura	-	-	X
Educação Física, Recreação e Jogos	X	X	X
Música e Canto	-	X	X

Fonte: Vasconcelos, Costa, Oliveira (1992).

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024, de 1961, o Instituto de Educação do Pará, passou por nova reforma curricular, a qual entrou em vigência no ano de 1968, segundo uma estrutura funcional que seccionava o currículo em disciplinas obrigatórias, complementares e optativas.

No conjunto das disciplinas obrigatórias, concentravam-se aquelas voltadas à cultura geral, sendo que Português e Matemática eram aplicadas nas três séries, enquanto as demais somente na 1ª série. Já no âmbito das complementares, sob a forma de estágio, preponderava Metodologia e Prática de Ensino Primário, ofertada durante os três anos de duração do curso.

Quanto às optativas, essa seção abrangia número expressivo de disciplinas vinculadas a assuntos da área educacional. Enquanto o mínimo obrigatório estava representado por 5 disciplinas (29,41%), as complementares atingiam o total de 3 (17,64%), e as optativas concentravam 9 delas (52,94%). Isto significa que 12 disciplinas elencadas entre as complementares e optativas, referiam-se à formação do Professor Primário.



Quadro 7 - Proposta Curricular do Instituto de Educação do Pará, Curso Colegial Normal, Consoante a Lei de Diretrizes e Bases (4.024, de 1961)

Disciplinas	Séries		
	1 ^a	2 ^a	3 ^a
MÍNIMAS OBRIGATORIAS			
Português	X	X	X
Matemática	X	X	X
Ciências Físicas e Biológicas	X	-	-
Geografia do Pará	X	-	-
História do Pará	X	-	-
COMPLEMENTARES			
Metodologia e Prática de Ensino Primário (Estágio em e séries)	X	X	X
Sociologia Educacional	-	X	X
Estatística Aplicada à Educação	-	-	X
OPTATIVAS (Adotadas dentre a lista do CEE)			
Desenho Pedagógico	X	X	-
Psicologia Educacional	X	X	X
Didática Geral e Especial	X	X	X
Biologia Educacional	X	X	X
Didática Geral e Especial	X	X	X
Biologia Educacional	-	X	-
História e Filosofia da Educação	-	X	-
Higiene e Puericultura	-	-	X
Técnicas Audio-Visuais	-	-	X

OBS.: Acrescida, em caráter obrigatório, Educação Física.

Fonte: Vasconcelos, Costa, Oliveira (1992).

A História da Educação foi mantida associada à Filosofia da Educação, formando a disciplina História e Filosofia da Educação, cuja oferta passou a ser disponibilizada somente na 2^a série do curso, com o caráter optativo.

Com a edição da 14^a reforma curricular, a de 1968, a disciplina História da Educação foi suprimida do currículo, regressando a partir da 15^a reforma curricular do Instituto de Educação do Pará, realizada em 1970, passando a ser composta pela junção da História e Filosofia da Educação, a qual era ofertada apenas na terceira série.

A partir da reforma educacional empreendida em 1968, no Instituto de Educação do Pará, a estrutura do currículo ficou distribuída em dois grupos: as disciplinas e as práticas educativas, sendo que no primeiro grupamento estavam aquelas de cultura geral e as de cultura específica.

A seção relacionada às disciplinas de cultura geral, somavam 5 e ocupavam 27,77% das atividades previstas na proposta curricular, enquanto as de cultura específica totalizavam 11, sendo representadas por 61,11%; por último, as de práticas educativas continham 2 e respondiam por 11,11% das ocorrências.



Percebe-se que, entre a relação das 18 disciplinas previstas nessa proposta curricular, 13 delas eram direcionadas à formação do professor (72,22%). Esse tipo de disciplina foi intensificado, fortalecendo-se a cultura específica e as práticas educativas.

Dentre a relação das disciplinas caracterizadas como de cultura específica, a parte referente à História e Filosofia da Educação deixou de existir, mantendo-se somente a Filosofia da Educação como um dos componentes curriculares obrigatórios na formação do Professor Primário.

Quadro 8 - Proposta Curricular do Instituto de Educação do Pará, Curso Colegial Normal, Consoante a Lei de Diretrizes e Bases (4.024, de 1961)

Disciplinas	Séries		
	1 ^a	2 ^a	3 ^a
	Horas/s		
DISCIPLINAS			
Cultura Geral			
Português	4	4	2
Matemática	4	3	-
Ciências Físicas e Biológicas	4	-	-
Estudos Paraenses	4	-	-
Anatomia e Fisiologia Humanas	2	-	-
Cultura Específica			
Higiene Escolar, Puericultura e Noções de Enfermagem	-	-	3
Psicologia da Educação	-	3	4
Administração Escolar	-	-	2
Didática Geral e Especial	-	4	7
Estatística Educacional	-	2	-
Filosofia da Educação	-	-	2
Auxílios Audiovisuais	-	-	2
Recreação Infantil	-	-	2
Desenho e Artes Plásticas	3	-	-
Sociologia da Educação	-	3	-
Biologia da Educação	-	2	-
PRÁTICAS EDUCATIVAS			
Educação Física	-	-	2
Formação Profissional (Ética)	1	1	-
TOTAL	24	24	26

Fonte: Vasconcelos, Costa, Oliveira (1992).

Todavia, a reforma curricular empreendida no ano de 1970, manteve a presença daquelas disciplinas de cultura geral, substituindo Estudos Paraenses por Geografia do Pará e a de História do Pará. Além disso, foram adicionadas Educação Moral e Cívica e a de Organização Social e Política do Brasil (O.S.P.B.).



A História da Educação retornou à organização curricular, mas sob a forma aglutinada de História e Filosofia da Educação, e, ainda, transposta para a terceira série do Curso Colegial Normal, com carga horária de 60h anuais.

No cômputo das 17 disciplinas contidas no currículo do Curso Colegial Normal, do Instituto de Educação do Pará, a parte de cultura geral voltou a ser mais expressiva e ocupava 47,05%, enquanto as específicas, direcionadas à formação do Professor Primário, totalizavam 9 atividades, ou seja, 52,94%.

Quadro 9 - Proposta Curricular do Instituto de Educação do Pará, Curso Colegial Normal, Terceira Fase da Lei de Diretrizes e Bases (4.024, de 1961)

Disciplinas	Séries					
	1 ^a		2 ^a		3 ^a	
	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA
Português	04	120	04	120	04	120
Matemática	03	90	03	90	--	--
História Do Pará	02	60	--	--	--	--
Geografia do Pará	02	60	--	--	--	--
Ciências Físicas e Biológicas	03	90	--	--	--	--
Educação Moral e Cívica	02	60	--	--	--	--
Didática	03	90	04	120	05	150
Psicologia Educacional	03	90	03	90	03	90
Biologia Educacional	--	--	02	60	--	--
Sociologia Educacional	--	--	02	60	--	--
Desenho Pedagógico	--	--	02	60	--	--
Organização Social e Política do Brasil (O.S.P.B)	--	--	--	--	02	60
Administração Escolar	--	--	--	--	02	60
Educação Física, Recreação e Jogos	--	--	--	--	02	60
História e Filosofia da Educação	--	--	--	--	02	60
Educação Física	03	90	03	90	03	90
Recursos Audiovisuais	01	30	01	30	01	30
Carga Horária Semanal/Anual	25	750	23	690	24	720

Fonte: Vasconcelos, Costa, Oliveira (1992).

Ampliou-se a presença das disciplinas de cultura geral, mas aquelas destinadas ao preparo do professor, permaneceram com maior representatividade no currículo desse Curso Colegial Normal.

Com a reforma universitária transcorrida no Brasil, sob a lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968³, o Instituto de Educação do Pará, novamente, reformulou o currículo, o que resultou no Curso de Formação em nível de 2º Grau para o Magistério, sendo esta a 16ª mudança curricular transcorrida nessa instituição.

Do ponto de vista da organização da proposta curricular desse período, notou-se que houve distribuição das disciplinas em dois grupos específicos: o primeiro, concentrava a Educação Geral, enquanto o segundo, envolvia aquelas de Formação Especial.



Observou-se que a História da Educação foi mantida em sua junção com a Filosofia da Educação, estruturando-se a disciplina História e Filosofia da Educação, tendo sido ampliada sua carga horária semanal e anual, passando para 90h, mantendo-se sua presença na 3ª série do Curso de Formação para o Magistério, em nível de 2º Grau.

Quadro 10 - Proposta Curricular do Instituto de Educação do Pará, Curso de Formação em Nível de 2º Grau para o Magistério, Oriunda da Resolução 36/CEE de 12.05.1976

Disciplinas	Séries					
	1ª		2ª		3ª	
	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA
Educação Geral						
Língua Portuguesa Literatura Portuguesa e Brasileira	03	90	03	90	03	90
Matemática	03	90	03	90	--	--
Ciências Físicas e Biológicas	03	90	02	60	--	--
Geografia Geral	03	90	--	--	--	--
História Geral	03	90	--	--	--	--
Desenho Básico	02	60	--	--	--	--
Educação Moral e Cívica	01	30	--	--	--	--
Educação Artística	01	30	--	--	--	--
Língua Estrangeira	03	90	--	--	--	--
Organização Social e Política do Brasil (O.S.P.B)	01	30	--	--	--	--
Programa Orientação Ocupacional	01	30	--	--	--	--
Educação Física	02	60	02	60	02	60
Formação Especial						
Biologia Educacional	--	--	02	60	--	--
Psicologia Educacional	--	--	03	90	03	90
Sociologia Educacional	--	--	03	90	--	--
Estrutura e Formação do Ensino de 1º Grau	--	--	02	60	--	--
Didática Geral	--	--	03	90	07	210
Prática de Ensino	--	--	02	60	06	180
Programa de Saúde	--	--	--	--	01	30
História e Filosofia da Educação	--	--	--	--	03	90
Cara Horária Semanal/Anual	26	780	25	780	25	790

Fonte: Vasconcelos, Costa, Oliveira (1992).

Nessa composição curricular, as disciplinas classificadas como de Educação Geral, totalizavam 12 atividades, correspondentes a 60%, enquanto aquelas integrantes da Formação Especial, que somavam 8, ficaram representadas com 40%. Portanto, cresceu novamente a presença das atividades relacionadas à cultura geral, enquanto a parte especial experimentou ligeiro decréscimo.

A partir de 22.10.1980, nova proposta curricular foi estruturada, a 17ª, suprimindo a designação História da Educação, mas criando Fundamentos da Educação I (ensinado na 1ª, 2ª e 3ª séries) e Fundamentos da Educação II, ministrada na 2ª e 3ª séries, com carga horária de 210 e 180 horas, respectivamente.



Considerando-se a existência das 25 disciplinas estruturantes dessa proposta curricular, 12 delas (48%) estavam alocadas nas matérias de Comunicação e Expressão; Estudos Sociais; Ciências; ou por obrigação legal. Por outro lado, 13 dessas disciplinas (52%), são afins ao exercício do magistério.

Quadro 11 - Proposta Curricular do Instituto de Educação do Pará, Curso de Formação, em Nível de 2º Grau, para o Magistério, Oriunda da Resolução 265/CEE, de 22 de outubro de 1980

MATÉRIAS	Disciplinas, Áreas de Estudos e Atividades	Séries			Total de Créditos	Total Carga Horária
		1ª	2ª	3ª		
Comunicação e Expressão	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	3	3	4	10	300
	Língua Estrangeira	3	-	-	03	90
	Educação Artística	1	-	-	01	30
	SOMA	7	3	4	14	420
Estudos Sociais	História	3	-	-	03	90
	Geografia	3	-	-	03	90
	O.S.P.B	-	-	1	01	30
	Educação Moral e Cívica	-	1	-	01	30
	SOMA	6	1	1	08	240
Ciências	Matemática	3	3	-	06	180
	Ciências Físicas e Biológicas	3	-	-	03	90
	Programa de Saúde	-	-	1	01	30
	SOMA	6	3	1	07	300
	SUBTOTAL	19	7	6	32	960
	Desenho Pedagógico	2	-	-	02	60
	Estudos Regionais	-	2	-	02	60
	Estatística Aplicada à Educação	-	-	2	02	60
	Recreação e Jogos	-	1	1	02	60
	SOMA	2	3	3	08	240
	Fundamentos da Educação I	2	2	3	07	210
	Fundamentos da Educação II	-	3	3	06	180
	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	-	2	-	02	60
	Didática Geral	2	3	-	05	150
	Didática Especial Comunicação e Expressão	-	3	-	03	90
	Didática Especial Comunicação e Expressão	-	-	3	03	90
	Didática Especial da Matemática	-	2	-	02	60
	Didática Especial de Estudos Sociais	-	-	2	02	60
	Didática Especial de Ciências Naturais	-	-	5	05	150
	Prática de Ensino	-	-	-	-	-
	SOMA	4	15	16	35	1050
SUBTOTAL	6	18	19	43	1290	
Art. 7º	Educação Física	2	2	2	06	180
	Ensino Religioso	-	-	-	-	-
	SOMA	2	2	2	06	180
TOTAL GERAL	27	27	24	95	2430	

OBS.: A carga horária reservada para o ensino religioso, correspondente a trinta horas, não foi integrada na duração do curso por se tratar de matrícula facultativa ao aluno.

Fonte: Vasconcelos, Costa, Oliveira (1992).



DECLÍNIO DA ESCOLA NORMAL FACE À FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM NÍVEL SUPERIOR

Destaque-se que com a criação do Instituto Superior de Educação do Pará (ISEP), no ano de 1989, a política de formação de professores, visando atuar no pré-escolar aos anos iniciais do ensino fundamental, teve novo direcionamento, pois a ênfase do lugar desse preparo seria o nível superior e não mais a Escola Normal.

O ISEP foi criado, no governo Hélio Mota Gueiros, por meio do Decreto Governamental nº 6.740 de 07 de dezembro de 1989 e autorizado a funcionar pela Resolução nº 492 de 18 de dezembro de 1989, do CEE e pelo Decreto Presidencial nº 98.886 de 25 de janeiro de 1990, com o objetivo de oferecer o Curso de Formação de Professores para Pré-Escolar e 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, no âmbito do Ensino Superior. O referido Curso foi vinculado inicialmente à Secretaria de Estado de Educação do Pará. Em 1995, o respectivo Curso foi reconhecido pelo MEC mediante a Portaria nº 365, de 19/04/1995. Em 2003, o Curso obteve o credenciamento mediante a Resolução nº 477 de 28 de novembro do Conselho Estadual de Educação. (UEPA, 2006, p. 27).

Estudo desenvolvido por Nunes e Monteiro (2006), demonstrou que entre os anos de 1996 e 2004, a Escola Normal e, conseqüentemente, o Ensino Médio Normal, no Estado do Pará, mergulhou em processo de retração de sua oferta e sistemática política de extinção, mesmo que as medidas adotadas pela Secretaria de Estado de Educação dessa época, contrariassem os dispositivos de lei fixados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 1996, o qual assegurava aos professores a qualificação mínima para exercício da docência nas séries iniciais do ensino fundamental, mediante apresentação do diploma obtido na Escola Normal.

É interessante perceber que, a partir dos anos 1980, a oferta do Curso de Pedagogia deixou de ser uma exclusividade da Universidade Federal do Pará, passando a contar, também, com a atuação da Faculdade Estadual de Educação, mantida pelo Governo do Estado do Pará, por meio da Fundação Educacional do Pará.

O Curso de Pedagogia da Uepa foi criado com a Faculdade Estadual de Educação (FAED), pela Resolução nº 02 de 12 de janeiro de 1984, homologado através do Decreto nº 3193 de 10 de fevereiro de 1984, autorizado a funcionar pelo Decreto Presidencial nº 93.111, de 13 de agosto de 1986 e implantado em 1987, pela Fundação Educacional do Pará (FEP). (UEPA, 2018, p. 1).

O crescimento da presença dessas instituições universitárias no âmbito da educação, teve significativos desdobramentos no campo da formação, uma vez que, concomitante à existência da Escola Normal que formava o Professor Primário em nível de 2º grau Magistério, o curso de Pedagogia ganhava destaque enquanto opção profissional.

Diante desse novo contexto histórico, a Universidade do Estado do Pará, também passou a exercer o protagonismo na interiorização, a fim de realizar a expansão da educação superior para o interior, a esse respeito, dizia:



A interiorização tem se constituído como uma política utilizada na esfera educacional de expansão do ensino superior para o interior. A Universidade do Estado do Pará (UEPA), cumprindo a sua missão enquanto instituição pública, historicamente, expandiu sua área de atuação para o interior do estado com a criação de quinze (15) campi universitários, localizados nas regiões de integração do Pará. (PICANÇO, 2010, p. 10).

Mesmo que tenha aumentado a presença das instituições públicas na oferta da educação superior no Estado do Pará, o crescimento das matrículas nesse nível de ensino passou a estar sob o controle do setor privado: enquanto no ano de 1996 a oferta pública era de 4.740 (60,80%) do total de 7.790, as particulares registravam 3.050 (39,20%); em 2008, a situação foi completamente invertida e do total de 44.281, as instituições privadas detinham 34.209 (77,26%), e o setor público acumulava 10.072 (22,74%). (PICANÇO, 2010, p. 35).

No caso da Universidade Federal do Pará, sua política de interiorização remonta aos anos de 1970, por meio da “Resolução n. 39, de 14 de outubro de 1970, que autorizou o Centro de Educação (CED) a criar núcleos de educação em Santarém e Macapá para realização do Curso de Licenciatura Polivalente de 1º Ciclo”. A esse respeito, tem-se que:

O primeiro momento tem sua origem vinculada à proposta do Estado Desenvolvimentista conforme foi demonstrado, localizando no CRUTAC e nos campi avançados a gênese da política, sendo a UFPA, por intermédio do Centro de Educação, sujeito importante do referido processo. O segundo momento situa-se na “Nova República”, com a articulação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da Amazônia brasileira em torno dos Projetos Norte de Interiorização (PNI). O I PNI (1986 a 1989), o II PNI (1994 a 1997) e o III PNI (1998 a 2001). (COELHO, 2015, p. 298).

Notou-se que a efetiva implantação do ensino superior ofertado pela UFPA para o interior do Pará, deu-se a partir do ano de 1986, na gestão do então Reitor José de Seixas Lourenço, mediante Resolução 1.355/ de 03 de fevereiro de 1986.

Dessa forma, foram selecionados oito (08) municípios considerados polos regionais de atuação com cursos de Licenciatura Plena em História, Geografia, Matemática, Pedagogia, letras. Esses polos foram instalados nos municípios de Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure, por meio do primeiro vestibular para o Interior, em caráter intervalar, no ano de 1986. (SILVA, 2016, p. 4).

A ênfase nas licenciaturas, marcou a inauguração dessa política de interiorização no âmbito da UFPA, conforme previsto na citada Resolução:

Art. 1º. Aprova o Programa de Interiorização da Universidade Federal do Pará, constituído dos Cursos de Licenciatura Plena em Letras, História, Geografia, Pedagogia, Matemática, Física e Química, a ser executado nos Municípios-Sedes de Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure, com o objetivo geral de intensificar o processo de interiorização da Universidade Federal do Pará (UFPA) nas funções de ensino, pesquisa e extensão, visando ampliar o plano de implantação dos cursos de licenciatura da UFPA no interior do Estado



para graduar técnicos e habilitar professores para o ensino de 1º e 2º graus. (UFPA, 1986, p. 1).

Por meio da política de interiorização da educação superior, o curso de Pedagogia começou a ocupar espaço em cidades do Pará até então desprovidas desse nível de educação. Esse fenômeno contribuiu ainda mais para desconstituir o papel da Escolar Normal no âmbito da formação do professor.

Convergente com a perspectiva analítica elaborada por Costa (2017, p. 252), pode-se dizer que a oferta da educação superior, nesse contexto, revestia-se de papel contraditório, pois, de um lado satisfazia o interesse do Estado que apostava na sua expansão para apoiar o desenvolvimento econômico, de outra parte, atendia reivindicações da sociedade civil que lutava por esse direito de prosseguir nos estudos.

Desse modo, no lugar institucional da Escola Normal, e posteriormente do Instituto de Educação do Pará, a disciplina História da Educação, que até então não fazia parte da estrutura curricular de formação do Professor Primário, na Província do Pará e ao longo da Primeira República, gradativamente passou a ocupar espaço enquanto componente obrigatório no currículo escolar.

CONCLUSÕES

Ainda que tenha sido instituída com estatuto próprio sob a forma de disciplina autônoma, em diversas oportunidades a História da Educação foi excluída do currículo para, depois, ser novamente inserida. Todavia, sua autonomia também sofreu empecilhos em diversas reformas curriculares, especialmente quando ocorreu a junção com a Filosofia da Educação, recebendo a nomenclatura disciplinar de História e Filosofia da Educação, ou camuflando-se sob a forma de Fundamentos da Educação.

A autonomia da disciplina História da Educação enquanto componente disciplinar curricular, somente perdurou entre os anos de 1936 a 1946, época histórica em que a Escola Normal sofreu duas reformas em sua proposta curricular destinada à formação do Professor Primário.

No ano de 1947, a reforma curricular realizada no âmbito da Escola Normal do Pará, produziu o efeito de excluir a História da Educação da relação de disciplinas exigidas. Todavia, entre os anos de 1952 até 1963, sua oferta no currículo foi materializada como História e Filosofia da Educação. A reforma posterior suprimiu a História da Educação, mantendo apenas Filosofia da Educação na designação do componente curricular.

Entre os anos de 1968 e 1979, a disciplina História e Filosofia da Educação foi ressuscitada na proposta curricular, desta vez encarnada no Curso de Formação em nível de 2º Grau para o Magistério. Todavia, a partir dos anos de 1980, tal disciplina sofreu dissolução,



deixando de estar representada com essa nomenclatura, pois passou a ser chamada Fundamentos da Educação I e Fundamentos da Educação II.

Também ficou evidente a oscilação na predominância das disciplinas de cultura geral, pois estas em determinado momento ocupavam lugar de destaque na proposta curricular, mas em outros períodos históricos, tornavam-se elemento formativo de menor impacto face à expansão das disciplinas pedagógicas.

Do mesmo modo que a Escola Normal passou por sucessivas reconfigurações curriculares, mediante Portarias, Decretos e Leis, a formação do Professor Primário igualmente sofreu os impactos dessas transformações, tendo oscilado entre o preparo acadêmico do profissional, segundo a cultura geral preponderante nas disciplinas ofertadas, ou com fundamento na cultura específica, expressa no conjunto das disciplinas pedagógicas cursadas.

Houve diversas morfologias adotadas na montagem da arquitetura curricular aplicada à formação do professor normalista. Cada uma delas representava um calvário em cujo espaço a História da Educação era enaltecida como essencial ou sofria martírio até ser consumada sua crucificação.

Conclui-se que o estudo das propostas curriculares que nortearam a formação do Professor Primário nas diferentes fases da Escola Normal ao Instituto de Educação do Pará, revelou-se muito promissor não apenas no que se refere à análise da forma como transcorreu a institucionalização e projeção da História da Educação enquanto disciplina, mas dos demais componentes curriculares representados nessas estruturas formativas.

Entre os anos de 1871 e 1954, a Escola Normal do Pará, resguardadas as sucessivas crises que levavam ao seu fechamento e recriação, foi a única instituição escolar estatal a realizar a formação do Professor Primário. Mas com o advento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém, esse predomínio começou a deteriorar, inclusive impulsionado pela reforma educacional nº 4024, de 1961, facultando também aos colégios particulares a oferta da habilitação Magistério no nível de 2º Grau.

Diante desse cenário, restou à Escola Normal sua descaracterização, bem como a ruína em face da concorrência que passou a existir com o setor privado e a formação do profissional Pedagogo que ocorria em nível superior.

Embora a História da Educação tenha sofrido o calvário diversas vezes, esse componente disciplinar tinha sempre sua reencarnação na estrutura curricular, seja de forma autônoma ou em conexão com a Filosofia da Educação, evidenciando-se sua importância teórico-epistemológica no processo formativo do professor.



REFERÊNCIAS

ACCÁCIO, L. O. **Formando o professor primário**: a escola normal e o instituto de educação do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Liete_Oliveira_Accacio_artigo.pdf. Acesso em: 27 ago. 2018.

ANDRADE, É.; FERNANDES, J. E. Sentidos políticos nas políticas curriculares. **Revista Periferia**, v. 4, n. 2, jul./dez. 2012 e v. 5, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/issue/view/954>. Acesso em: 09 ago. 2018.

BORGES, B. G; GATTI JÚNIOR, D. Os repertórios da disciplina história da educação: nobres objetivos, extensos conteúdos e a bibliografia dos manuais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 14, n. 58, p. 257-275, jan. 2015. ISSN 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640392>. Acesso em: 10 set. 2018. doi: <https://doi.org/10.20396/rho.v14i58.8640392>.

BORGES, B. G. Lugares e tempos da disciplina história da educação. **Itinerarius Reflectionis**, Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus de Jutai, v. 2, n. 13, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/viewFile/22349/19248>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 set. 2018.

COELHO, M. S. C. Estado, sociedade civil e a política de interiorização da universidade na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18 n. 1, p. 285-301. Jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1538>. Acesso em: 04 nov. 2018.

CORRÊA, P. S. A. **A educação superior e o mercantilismo no curso de formação de professores**: um estudo das propostas formuladas pelas Instituições de Ensino Superior do Estado do Pará. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 25., 2002, Caxambu-MG. **Anais [...]**. Caxambu, MG: ANPEd, 2002. Disponível em: <http://25reuniao.anped.org.br/tp25.htm#gt11>. Acesso em: 04 nov. 2018.

CORRÊA, P. S. A. **O Estado e a formulação da política curricular**: prescrições e inconfidências. 2000. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

COSTA, M. R. S. Contextualizando expansão e interiorização no campo da educação brasileira. **Revista Exitus**, Santarém, PA, v. 7, n. 1, p. 250-276, set./dez. 2017.

FÁVERO, M. L. A. Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 23., 2000, Caxambu-MG. **Anais [...]**. Caxambu, MG: ANPEd, 2000. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/trabtit1.htm>. Acesso em: 12 set. 2018.



FRANÇA, M. do. P. S. G. de. S. A. de. História da escola normal da Província do Grão-Pará no império. **Revista Cocar**, Belém, v. 6, n. 11, p. 29-40, jan./jul. 2012. Disponível em: <http://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/viewFile/211/182>. Acesso em: 04 nov. 2018.

GATTI JUNIOR, D.; GATTI, G. C. V. A História das Instituições Escolares em revista: fundamentos conceituais, historiografia e aspectos da investigação recente. **Educativa**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 327-359, 2015. (Online). Disponível em: <file:///C:/Users/DELL/Downloads/4553-13264-1-PB.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

GATTI JUNIOR., D. Investigar o ensino de história da educação no Brasil: categorias de análise, bibliografia, manuais didáticos e programas de ensino (séculos XIX e XX). *In*: GATTI JUNIOR., D.; MONARCHA, C.; BASTOS, M. H. C. (org.). **O ensino de história da educação em perspectiva internacional**. Uberlândia: Ed. EDUFU, 2009. p. 95-130. (Coleção História, Pensamento e Educação, Série Novas Investigações, v. 1).

GATTI JUNIOR, D.; MONARCHA, C.; BASTOS, M. H. C. **O ensino de história da educação em perspectiva internacional**. Uberlândia: Ed. EDUFU, 2009. 250 p.

GATTI JUNIOR, D.; VIDAL, D. G. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual. **Revista Edufoco**, 2010. Disponível em: www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/artigo-Luciano-Mendes.doc. Acesso em: 11 ago. 2018.

GUIMARÃES, R. M. C.; GATTI JUNIOR, D. A institucionalização da disciplina história da educação na escola normal mineira na primeira metade do século XX. **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 54-65, jan./abr. 2012.

HAYASHI, C. R. M.; FERREIRA JUNIOR, A. O campo da história da educação no Brasil: um estudo baseado nos grupos de pesquisa. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 15, n. 3, p. 167-184, nov. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n3/09.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

LOBATO, V. da. S.; ANTUNES, M. A. M. O Instituto Estadual de Educação do Pará - IEEP na memória de alunas e professoras. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 39, p. 107-121, dez. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752014000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 maio 2017.

LOMBARDI, J. C. **História e historiografia da educação no Brasil**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis14/art4_14.pdf. Acesso em: 11 set. 2018.

MARTINS, A. M. S. Breves reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, SP, n. 35, p. 173-182, set. 2009. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/35/art12_35.pdf. Acesso em: 11 set. 2018.

MCCULLOCH, G. História da educação e formação de professores. **Revista Brasileira de Educação** v. 17 n. 49 jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n49/a06v17n49.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.



MEN, L.; NEVES, F. M. Debates e noções no campo da história da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 25, p. 141–155, mar. 2007. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/25/art12_25.pdf. Acesso em: 11 set. 2018.

NÓVOA, A. História da educação: percursos de uma disciplina. **Análise Psicológica**, v. 14, n. 4, p. 417-434, 1996. Disponível em: http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/3198/1/AP_1996_4_417.pdf. Acesso em: 11 set. 2018

NUNES, C. S. C.; MONTEIRO, A. L. **A política de formação de professores no Pará: a extinção do Curso Médio Normal**. **Cadernos ANPEd**, v. 1, p. 2089, 2006.

PICANÇO, V. L. L. **Interiorização da Universidade do Estado do Pará: um estudo do Campus de Santarém**. 2010. 122 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

SÁ, N. V. A. A disciplina história da educação no curso de pedagogia da UNISO: uma história em três tempos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 21, p. 74-88, mar. 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/21/art08_21.pdf. Acesso em: 27 ago. 2018.

SANTOS, M. T. Percurso e situação do ensino da história da educação em Portugal. *In*: GATTI JUNIOR, D.; PINTASSILGO, J. (org.). **Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de história da educação**. Uberlândia: Ed. EDUFU, 2007. p. 75-97.

SILVA, S. P. O processo de interiorização da Universidade Federal: uma análise da gestão do Campus do Marajó – Breves. CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 5.; CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 8., 2016, Goiânia, GO. **Anais [...]**. Goiás, GO: UFG: PUC-Goiás, 2016. Disponível em: http://www.anpae.org.br/iberoamericano2016/publicacao/cntnt/artigos/eixo_2/E2_A20.html. Acesso em: 15 out. 2018.

SOUZA, S. T.; RIBEIRO, B. O. L. Ensino de história da educação no Brasil: reflexões sobre o perfil de professores e suas metodologias. **História da Educação – RHE**, v. 16 n. 36, p. 60-76, jan./abr. 2012.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. (UEPA). Centro de Ciências Sociais e Educação. Curso de pedagogia. **Projeto Político-Pedagógico Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Belém, 2006. Disponível em: [file:///C:/Users/Microsoft/Downloads/Projeto%20Pedagogico%20Curso%20de%20Pedagogia%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Microsoft/Downloads/Projeto%20Pedagogico%20Curso%20de%20Pedagogia%20(2).pdf). Acesso em: 15 out. 2018.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. (UEPA). Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. **Resolução nº 1.355, de 03 de fevereiro de 1986.** Aprova o Programa de Interiorização da Universidade Federal do Pará. Disponível em: http://www.ufpa.br/sege/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/1986/1355%20Aprova%20programa%20de%20interiorizacao.pdf. Acesso em: 30 out. 2018.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. (UEPA). **Cursos Do Centro de Ciências Sociais e Educação.** Disponível em: https://paginas.uepa.br/prograd/index.php?option=com_content&view=article&id=21&Itemid=23. Acesso em: 15 out. 2018.

VASCONCELOS, H. C.; COSTA, M. G. P.; OLIVEIRA, I. E. A. **A formação do professor para a escola básica no Pará.** Belém: Ed. EDUFA, 1992.

Notas

Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA).

² Essa Agenda Científica é uma atividade desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Currículo - NEPEC, o qual está certificado pela Universidade Federal do Pará, e, desde 2002, devidamente registrado no Diretório de Grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Originalmente, foi criada no ano de 2008 para suscitar discussões sobre diferentes temáticas da área de educação, capazes de alimentar reflexões em dissertações e teses doutorais. Atualmente as atividades da Agenda incidem no desenvolvimento da autoria dos alunos do ensino de graduação de diferentes instituições de ensino superior, mediante incentivo à produção e apresentação de artigos científicos envolvendo temáticas da área de educação.

³ Tal Lei “Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências”. Como consequência dessa reforma, o Governo Federal editou a Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, a qual “Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências”, tornando compulsória a profissionalização no nível de segundo grau.